

ADUNIFESP participa de seminário sobre a relação Unifesp-SPDM

No último seminário organizado pelo CONSU sobre o tema, mediado pelo professor Joao Alessio Juliano Perfeito (docente EPM), a ADUNIFESP foi representada pela professora Claudia Fegadolli, que comentou as apresentações realizadas no evento pela professora Janine Schirmer (direção EPE), Magnus Dias (direção EPM) e Reinaldo Salomão (coordenador do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Hospital São Paulo – COEPE).

A profa Janine resgatou a origem da Escola de Enfermagem, que se deu a partir da inauguração do hospital, em 1936, e passou a EPE em 1968, tendo sido federalizada em 1977 federalizada como departamento da EPM, retomando a identidade em 2010, completando 85 anos em 2024. Mencionou a criação do amparo maternal, a partir da EPE e EPM, em ação com madre Dominechi. Desde a criação, o Hospital São Paulo, a relação com o ensino esteve presente em direções que alteraram religiosas, leigas e professores. Informou que desde 2018 a EPE não tem relação com o HSP, por existir relação deteriorada e difícil com a direção da enfermagem, com dificuldades acadêmicas para a escola de enfermagem.

Destacou que muitos enfermeiros formados pela EPE estão no HSP participando da formação de novos profissionais e que o HSP representa acolhida para campo de estágio de estudantes na EPE em situações de necessidade de espaços de formação. Destacou que não existe diferença entre SPDM e HSP e que a escola tem gratidão pela SPDM, que acolhe a escola nas UBSs sob gestão da SPDM quando a prefeitura de SP se nega a receber estudantes para as práticas. Quanto ao apoio recebido da OS, informou ainda que a escola de enfermagem tem dois secretários pagos pela SPDM.

Informou também que todos os hospitais da SPDM são retaguarda de campos de prática. A diretora declarou que que a “SPDM somos nós” e que a relação com a SPDM permite que problemas de campo de prática sejam resolvidas no contexto das relações na OS. A professora comunicou que “quando a coisa aperta” é a SPDM que ajuda a solucionar a necessidade de campos de prática da enfermagem e que são os profissionais do HSP que proporcionam preceptoría para as diversas profissões das residências multiprofissionais. Informou que a Paulistinha foi criada para ser campo de estágio da EPE com crianças saudáveis, o que se deu com a parceria da SPDM que, segundo a professora, segura as pontas até hoje.

A professora afirmou que o acordo de cooperação entre Unifesp e SPDM trouxe segurança jurídica e regramento para as pesquisas que aconteciam no HSP, que aconteciam se nenhum cuidado com os custos, que ficavam no ombro do HSP. Para a professora, o endividamento do HSP está relacionado com a forma inadequada de utilização de seus recursos. Citou como exemplo que, por decisão do reitor à época em que ocupou cargo no Ministério da Saúde, ela teve custos de hospedagem em hotel de .luxo em Brasília, onde se hospedou Bill Clinton, arcados pela SPDM, o que aconteceu pelo período de sete anos. Em face desse histórico defendeu que a Unifesp deve avançar no termo de cooperação com regras claras e de respeitabilidade e que espera que a EPE possa voltar a ter o HSP nas mãos.

Em seguida, o Professor Magnus retomou a origem da EPM, em 1933, com a iniciativa da SPMD, que criou o hospital em 1940. Apresentou o panorama dos cursos de graduação que foram possibilitados pela parceria com o HSP, sendo os cursos de biomedicina (1966), fonoaudiologia (1968), tecnologia oftálmica (1970), tecnologia em radiologia (2009) e tecnologia em informática em saúde (2010). Destacou que as iniciativas se somam e que hoje existe um ecossistema de formação e inovação em saúde, formada por centros e institutos como o Graac, Casa da mão, CAISM, entre outros. Que o HSP e EPM implantaram a residência médica em 1957.

O professor destacou que a missão e visão da EPM são o reconhecimento da comunidade como universidade de excelência nas áreas de conhecimento de sua especialidade em ensino, pesquisa, extensão e inovação. Que tem como finalidade garantir a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, incentivando a pesquisa, interagindo de forma positiva com a comunidade e promovendo a elevação do conhecimento formal. Magnus destacou que a relação Unifesp -SPMD abrange todas as áreas acadêmicas, incluindo residências médicas e multiprofissionais. Por isso, defendeu que para os próximos anos haja uma integração flexível, com enfoque em linhas de cuidado, interprofissionalidade, utilização de metodologias ativas de ensino, inovações tecnológicas e sociais, modelos de boas práticas. Defendeu que a educação continuada tem que estar na formação de docentes e profissionais, pensando a gestão do trabalho e a gestão de novos equipamentos de saúde, como HU2 e HU3, e de futuros equipamentos de saúde, incluindo áreas de longevidade, oncologia, saúde da criança e adolescente, entre outras. Para o professor a gestão dos recursos públicos deve ser aprimorada, assim como a comunicação sobre as ações bem-sucedidas que a Unifesp desenvolve, que devem ser fortalecidas. Declarou que a inteligência artificial e medicina de precisão devem ser desenvolvidas, assim como a importância da escuta e narrativa na formação médica. Defendeu que a SPDM deve incluir possibilidades de desenvolver atividades acadêmicas em serviços de saúde sob sua gestão como solução para as dificuldades encontradas pela instituição junto aos serviços públicos em São Paulo. Finalizou defendendo que a renovação do acordo de cooperação inclua repactuação a respeito de infraestrutura adequada, sustentabilidade, linhas de cuidado eficazes e preceptoria qualificada e permanente.

Em seguida o Professor Salomão dissertou sobre a importância de um comitê de ensino, pesquisa e extensão no HSP. Esclareceu que o termo de cooperação estabelece o CoEPE subordinado ao conselho estratégico do HSP, que é a instância de articulação multicampi e interprofissional para o planejamento, acompanhamento e gestão transversal da relação acadêmica-assistencial no HSP.

O Corpo diretivo do CoEPE é composto por ele próprio, com a vice coordenadora Roseli Giudici e Marcelo Burattini, que dirige o núcleo de gestão de pesquisa.

O conselho tem representação nos diversos campi, com grupos de trabalho estruturados nos temas ensino, pesquisa e extensão. Informou que o HSP é cenário para 96 cursos de especialização e aperfeiçoamento, além de 34 programas de estágios acadêmicos, sendo a maioria em fisioterapia (82%). Recebe também 866 residentes externos ao ano. São desenvolvidos 446 projetos de pesquisa acadêmicos, sendo 323

da medicina, 45 da enfermagem, 34 da fonoaudiologia e 29 da fisioterapia, entre outros. Destes 114 são de mestrado, 79 doutorado, 89 sem titulação e 58 de especialização, entre outros. Quanto à origem das pesquisas, são 323 da medicina, 35 da enfermagem e 34 da fonoaudiologia, entre os demais. São 153 projetos (ensaios clínicos) financiados pela indústria, que geraram receita de mais de oitenta milhões de reais entre 2018 e 2023. Neste último ano mais de um milhão e trezentos mil reais foi repassado à FAP Unifesp. Entre 2019 e 2023, quase onze milhões de reais desta fonte foram repassados ao HSP, que teve saldo positivo de mais de dois milhões de reais com a soma dos anos de 2022 e 2023. O Professor Salomão finalizou destacando a inovação em ciência e tecnologia produzidas no espaço do HSP, incluindo pesquisas na viabilização da vacina da AstraZeneca.

Após as apresentações, as entidades tiveram direito à fala para comentar as apresentações. O Sintunifesp, representado por Antonio e Rodrigo, que manifestaram que tem havido imenso desrespeito com o trabalhador no ambiente do HSP. Que os trabalhadores participam de atividades de ensino e pesquisa e que quando adoecem nesse espaço são descartados. Que o ambiente é de assédio, falta de respeito e falta de tratamento e adoecimento. Declarou que quando adoecem os trabalhadores são negligenciados, encaminhados para Upas. Reclamaram também da restrição de vagas na paulistinha para os trabalhadores. O Sintunifesp defendeu que, por serem servidores públicos federais, deve ser previsto no acordo de cooperação a garantia por escrito de direitos, para preservar inclusive o atendimento digno na Nasf. Reivindicaram que o Sintunifesp, que tem quase cinco décadas de atuação, deve ser respeitado.

Entre as falas dos participantes foi manifesta a ideia de que deve melhorar a interdisciplinariedade e organização dos espaços, resolvendo a disputa entre graduação e residência. Foi também levantado que o centro de habilidades e simulação deve incluir esse centro para formar os servidores, que faltam treinamentos para os funcionários.

Foi destacado que faltam profissionais no hospital, falta política institucional, sem interface das várias áreas do conhecimento na residência ou graduação. Os participantes avaliaram que não tem havido participação adequada do conselho estratégico na discussão e resolução dos problemas.

A professora Claudia, pela Adunifesp, proferiu uma fala destacando a importância dos interesses da Unifesp estarem marcados num possível termo de cooperação, que pode ser justificado desde que seja construído de maneira transparente, com o principal objetivo de prover espaços qualificados de ensino-aprendizagem, incluindo as atividades de ensino pesquisa e extensão, em termos amplamente comunicados, discutidos e aceitos pela comunidade. Fez uma análise crítica à participação das OS na gestão do SUS e destacou que a comunidade deve ser formada para compreender as relações de OS e mediante termo de cooperação que a SPDM estabelece nos diferentes espaços de gestão que exerce. Destacou ainda que a saúde docente deve ser considerada nessa discussão. Leia na íntegra:

A Adunifesp saúda a organização desse seminário, que é uma iniciativa muito importante para informar e contribuir com o debate acerca da relação Unifesp-Hospital São Paulo - SPDM. Convidamos o Sintunifesp para retomarmos a organização de seminários pelas entidades sindicais, que nós que iniciamos essa organização, antes do Consu.

A Adunifesp tem feito o movimento de produzir e se apropriar do debate acerca dessa relação e de levar à categoria docente e à comunidade informações e reflexões que permitam a compreensão da importância e dos efeitos dessa relação não apenas para os cursos diretamente ligados ao hospital, os cursos da EPM e EPE, mas também as implicações indiretas, inclusive as éticas e as orçamentário-financeiras.

É importante ressaltar que a Adunifesp tem assumido posição crítica à terceirização da saúde e à expansão das OS na gestão do SUS e dos serviços públicos, o que contribui com a precarização da rede institucional, favorecendo o clientelismo, diminuindo a transparência e limitando mecanismos de participação e controle social.

Sabemos que esse não é o caso em pauta, porque na relação Unifesp -HSP, a SPDM não exerce seu papel de OS, embora seja uma. E é importante também que a comunidade compreenda essa diferença entre a gestão que SPDM faz como OS de inúmeros serviços de saúde no Brasil e a gestão via acordo de cooperação com a Unifesp.

Nos preocupa ouvir que as decisões e resoluções de necessidades acadêmicas são realizadas de maneira pontual ou individual, “quando a coisa aperta”, e não de maneira planejada e sustentável, em diálogo com as políticas públicas nacionais e locais-regionais.

Entendemos que um acordo de cooperação pode fazer sentido desde que seja construído de maneira transparente, com o principal objetivo de prover espaços qualificados de ensino aprendizagem, incluindo as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em termos amplamente comunicados, discutidos e aceitos pela comunidade. Como sindicato, destacamos que a saúde do trabalhador também precisa ser considerada nessa discussão. Nosso colega do Sintunifesp expôs aqui inúmeras dificuldades que afetam a saúde do trabalhador. Com relação ao docente, essa também é uma necessidade. Com nossos salários achatados, o acesso à saúde suplementar já não é mais uma realidade para grande parte dos docentes e a maioria da categoria docente não possui vínculos extra, consultórios ou outras formas de renda, sendo o salário nossa renda principal.

Esse é um diálogo fundamental e nós reforçamos à comunidade que participe, se informe e que esteja preparada a se manifestar nos espaços de decisão institucional.